



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação Pública

Unidade Técnica de Contratação Pública

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PAGAMENTO DE ESTACIONAMENTO ATRAVÉS DE APLICAÇÃO
INFORMÁTICA E ACESSO A PLATAFORMA DE FISCALIZAÇÃO**

PROC. 05/2025_CMA

- AJUSTE DIRETO -

CADERNO DE ENCARGOS



ÍNDICE

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS	3
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 1. ^a (Objeto)	3
Cláusula 2. ^a (Contrato)	3
Cláusula 3. ^a (Prazo)	3
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	4
Cláusula 4. ^a (Obrigações principais do prestador de serviços)	4
Cláusula 7. ^a (Objeto do dever de sigilo)	5
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ALENQUER	6
Cláusula 8. ^a (contrato sem valor)	6
CAPÍTULO III - RESOLUÇÃO	6
Cláusula 9. ^a (Força maior)	6
Cláusula 10. ^a (Resolução por parte do Contraente Público)	6
Cláusula 11. ^a (Resolução por parte do cocontratante)	7
CAPÍTULO IV - SEGUROS	7
Cláusula 12. ^a (Seguros)	7
CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	7
Cláusula 13. ^a (Foro competente)	7
CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS	7
Cláusula 14. ^a (Subcontratação e cessão da posição contratual)	7
Cláusula 15. ^a (Comunicações e notificações)	8
Cláusula 16. ^a (Contagem dos prazos)	8
Cláusula 17. ^a (Legislação aplicável)	8
PARTE II – REQUISITOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	8
Cláusula 18. ^a (Caraterísticas e especificações dos serviços)	8
Cláusula 19. ^a (Níveis de serviço)	9
Cláusula 20. ^a (Tarifas de estacionamento)	10
Cláusula 21. ^a (Zona de Estacionamento Tarifado)	10



PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª (Objeto)

- 1- O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PAGAMENTO DE ESTACIONAMENTO ATRAVÉS DE APLICAÇÃO INFORMÁTICA E ACESSO A PLATAFORMA DE FISCALIZAÇÃO”**.
- 2- À presente prestação de serviços corresponde a categoria 98351110-2 Serviços de controlo do estacionamento, conforme o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão de 28 de novembro de 2007 que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), e as Diretivas do Parlamento Europeu e do Conselho 2014/24/CE, relativas aos processos de adjudicação de contratos, no que respeita à revisão do CPV.

Cláusula 2.ª (Contrato)

- 1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2- O contrato a celebrar integra, ainda, os seguintes elementos:
 - a. Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos, identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido, expressamente, aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c. O presente caderno de encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4- Em caso de divergência, entre os documentos referidos no n.º 2 do art.º 96.º do Código dos Contratos Públicos e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª (Prazo)

- 1- O contrato terá início no dia útil seguinte à sua celebração e manter-se-á em vigor pelo prazo de **12 (doze) meses** ou até ser atingido o benefício económico de **€20.000,00** (vinte mil euros) em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.



- 2- O contrato pode ser renovado automaticamente por igual período, se não for denunciado, por escrito, no prazo de **90 (noventa) dias** antes do seu término, por qualquer das partes.
- 3- Em caso algum o contrato poderá exceder os **36 (trinta e seis) meses**, incluindo renovações.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

Cláusula 4.ª (Obrigações principais do prestador de serviços)

- 1- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação especial e no presente caderno de encargos, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que é prestado serviço objeto de procedimento, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
 - b. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível a prestação de serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
 - c. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - d. Deter todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessárias para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
 - e. Realizar todos os testes e ensaios que julgarem necessários, úteis ou convenientes para assegurar o acesso à sua aplicação (*App*) por parte dos utentes;
 - f. Realizar todos os testes ensaios que julgarem necessários, úteis ou convenientes para assegurar o acesso à *App* da fiscalização;
 - g. Ministras formação aos agentes de fiscalização sobre o uso da *App* de fiscalização, bem como sobre as funcionalidades da plataforma eletrónica (site) de *backoffice*;
 - h. Cooperar com vista à correção de quaisquer erros ou divergências verificadas na transmissão de dados;
 - i. Cobrar uma taxa de serviço aos utilizadores que não poderá ser superior a 15% do custo do estacionamento, de acordo com as tarifas definidas pelo Município de Alenquer, esta taxa terá um custo mínimo de 0,15€ (quinze cêntimos);
 - j. Disponibilizar relatórios mensais até ao quinto dia do mês seguinte com o benefício gerado com a cobrança de tarifas de estacionamento.
- 2- O Município de Alenquer reserva-se o direito de rejeitar quaisquer serviços fornecidos pelo adjudicatário que não apresentem a qualidade e as características técnicas exigidas.



- 3- O prestador de serviços obriga-se a respeitar as normas em vigor, aplicáveis em matéria laboral, social, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional e regional.

Cláusula 6.ª (Dever de proteção de dados pessoais)

O prestador de serviços obriga-se a observar as disposições legais vigentes em matéria de proteção de dados pessoais, constantes da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, designadamente:

- a. Tratar os dados pessoais a que tenha acesso em conformidade com as instruções dadas pelo Município de Alenquer;
- b. Utilizar os dados pessoais direta e exclusivamente para os fins relacionados com a execução do contrato;
- c. Não transmitir os dados pessoais a que tenha acesso a terceiros;
- d. Tomar as medidas de segurança técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais contra a sua destruição, acidental ou ilícita, perda acidental, alteração, difusão ou acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento de dados a implicar a sua transmissão por rede;
- e. Responder, prontamente, a todos os pedidos de informação do Município de Alenquer sobre o tratamento dos dados pessoais.

Cláusula 7.ª (Objeto do dever de sigilo)

- 1- O Município de Alenquer e o prestador de serviços obrigam-se a guardar sigilo e confidencialidade sobre todos os assuntos, objeto do contrato, e tratar como confidenciais todos os documentos a que tenham acesso no âmbito do seu desenvolvimento, abrangendo esta obrigação os seus agentes, funcionários e colaboradores que se encontrem envolvidos no procedimento ao qual o mesmo deu origem.
- 2- O prestador de serviços deve guardar sigilo referente a toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Alenquer, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 3- A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 4- Exclui-se, do âmbito dos números anteriores, toda a informação gerada por força da execução do presente contrato, bem como, todos os assuntos ou conteúdo de documentos que, por força de disposição legal, tenham de ser publicitados e/ou sejam do conhecimento público.
- 5- As obrigações, previstas na presente cláusula, mantêm-se, independentemente da cessação do presente contrato por qualquer motivo.



SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ALENQUER

Cláusula 8.ª (contrato sem valor)

A prestação de serviços assenta num contrato sem valor, ao abrigo do disposto no art.º 21.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos, não representando o pagamento de nenhum preço, nem qualquer custo para a entidade adjudicante.

CAPÍTULO III - RESOLUÇÃO

Cláusula 9.ª (Força maior)

- 1- Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais, a cargo de qualquer das partes, que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3- Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou que devam estar cobertos por seguros.
- 4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 10.ª (Resolução por parte do Contraente Público)



- 1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Alenquer pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador do serviço violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente em caso de atraso, total ou parcial, na prestação do serviço, objeto do contrato, superior a um mês ou declaração escrita do prestador do serviço de que o atraso em determinada prestação excederá esse prazo.
- 2- O direito de resolução, referido no número anterior, exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviço e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Alenquer.

Cláusula 11.ª (Resolução por parte do cocontratante)

- 1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o cocontratante pode resolver o contrato em caso de alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.
- 2- Nos casos previstos no número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Alenquer, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração.
- 3- No caso previsto no n.º 1, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do cocontratante ou se revele excessivamente onerosa, devendo, neste último caso ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.

CAPÍTULO IV - SEGUROS

Cláusula 12.ª (Seguros)

- 1- É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes a prestação de serviços, exigidos por lei, durante a vigência do contrato.
- 2- Sem prejuízo do referido no número anterior, o prestador de serviços deve assumir a responsabilidade de eventuais acidentes no desempenho profissional aqui previsto, devendo por isso efetuar um seguro de acidentes de trabalho que abranja os riscos do presente contrato, não podendo imputar responsabilidades Município de Alenquer.
- 3- O Município de Alenquer pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 13.ª (Foro competente)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 14.ª (Subcontratação e cessão da posição contratual)



- 1- A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da sua posição contratual depende da autorização do Município de Alenquer, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
- 2- Para efeitos de autorização, prevista no número anterior, deve o prestador de serviços apresentar uma proposta fundamentada, instruída com todos os documentos de habilitação relativos ao cessionário, que foram exigidos ao prestador de serviços no presente procedimento.
- 3- A cessão da posição contratual pelo Município de Alenquer rege-se pela previsão do art.º 324.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 15.ª (Comunicações e notificações)

- 1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
- 3- Relativamente às comunicações e notificações, efetuadas entre as partes nos termos do n.º 1 do presente artigo, reserva-se o direito à contraparte de aceitar ou não o conteúdo das mesmas.

Cláusula 16.ª (Contagem dos prazos)

Os prazos, previstos no contrato, são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias de feriados.

Cláusula 17.ª (Legislação aplicável)

Em tudo o que não esteja, especialmente, previsto no presente caderno de encargos, o contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos aplicando-se o artigo 280.º do citado diploma legal.

PARTE II – REQUISITOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Cláusula 18.ª (Caraterísticas e especificações dos serviços)

- 1- A presente prestação de serviços tem por objeto principal a cobrança de tarifas de estacionamento através de meios eletrónicos nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada e Onerosa definidas no Município de Alenquer.
- 2- Nas zonas mencionadas no n.º 1, o estacionamento só é permitido mediante o pagamento de uma taxa, em determinados períodos, conforme regulamento municipal. O pagamento, quando realizado através de aplicação eletrónica, pode ser consultado e fiscalizado mediante dispositivo eletrónico do Município, em tempo real, bem como passível de interligação com outras plataformas de fiscalização em uso no Município de Alenquer.
- 3- Adicionalmente, a plataforma de consulta *Dashboard*, acessível em função dos vários perfis definidos em *backoffice*, permite a consulta de 4 (quatro) menus informativos:
 - a. **Zonas de estacionamento:** disponibiliza os arruamentos e áreas de estacionamento limitado e oneroso, bem como as tarifas respetivas. Permite a edição e alteração das zonas e, em função



da revisão regulamentar do Município, repercute essa alteração na APP disponibilizada ao utilizador.

- b. **Pesquisar Estacionamentos:** Este menu permite o acesso à lista completa de todos os estacionamentos (ativos e terminados) efetuados através da APP, em tempo real. Permite filtrar por matrícula, por estado, por período ou por zona. Os dados, tais como hora de início, hora de fim ou o preço pago pelo utilizador, podem ser descarregados em formato Excel.
 - c. **Métricas/KPIs:** esta secção disponibiliza automaticamente e em tempo real vários gráficos, tais como o número de transações, a receita, o tempo médio de estacionamento, a receita média de estacionamento ou o "primeiro estacionamento" (um utilizador que, em Alenquer, tenha descarregado a APP e utilizado pela primeira vez). Estes dados, estatisticamente visíveis sob forma gráfica, podem ser filtrados por semana, mês ou ano e passíveis de download.
 - d. **Relatórios:** mensalmente é disponibilizado um relatório com o somatório de toda a receita registada no mês anterior. Tendo em conta que o serviço não cobra nenhuma comissão ao município sob a tarifa de estacionamento, **a receita tarifária é na totalidade transferida para o município.**
 - e. **Os vários perfis disponíveis com permissões diferentes correspondem a:**
 - i. **ADMIN** - Tem acesso a todos os menus anteriormente referidos;
 - ii. **FINANÇAS** - Vê o menu relatórios para emissão de faturas;
 - iii. **FISCAL** - Vê o menu de estacionamentos, para fins de fiscalização.
- 4- O valor cobrado ao utilizador corresponde à soma da (1) tarifa do estacionamento, definida pelo Município de Alenquer, e do (2) custo do serviço de utilização da plataforma eletrónica, o qual não poderá ser superior a 15% da tarifa de estacionamento nem inferior a 0,15€ (quinze cêntimos) por utilização.
- 5- Até ao quinto dia do mês seguinte, o prestador de serviços, informa o Município de Alenquer da receita total cobrada eletronicamente através da plataforma eletrónica, a fim de proceder à respetiva transferência bancária do total de taxas de estacionamento aplicadas.

Cláusula 19.^a (Níveis de serviço)

- 1- O prestador de serviços obriga-se a cumprir os níveis de serviço referidos nas alíneas seguintes:
- a. **Integração das App's de fiscalização:**
 - i. Garantir a integração da App com a plataforma de fiscalização do Município de Alenquer, através da migração dos dados API externa.
 - ii. Garantir o acesso e consulta dos estacionamentos ativos e terminados aos agentes que irão fiscalizar o cumprimento do pagamento de tarifas.
 - b. **Plataforma de consulta de dados:**
 - i. Disponibilizar acesso a uma plataforma que possa ser consultada em vários computadores do Município e que permita em tempo real aceder à informação, referida no n.º 3 da cláusula anterior, nomeadamente:
 - 1. o número de estacionamentos ativos por arruamento/zona;
 - 2. o número de estacionamentos terminados por arruamento/zona;



3. a identificação da matrícula do veículo por arruamento/zona;
 4. o valor pago de estacionamento por dia e por arruamento/zona;
 5. a duração do estacionamento;
 6. a hora de término dos estacionamentos ativos.
- ii. A plataforma deverá permitir a exportação, para ficheiro de Excel, de mapas com as informações referidas nas subalíneas anteriores com a periodicidade diária e mensal.
 - iii. A plataforma deverá guardar toda a informação com o detalhe referido no ponto i. da alínea b) num período mínimo de 12 meses.
- c. Cobrança de tarifas:**
- i. A tarifa de estacionamento a cobrar ao utilizador, em função do tempo de estacionamento, deverá corresponder ao preço previsto no Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada e Utilização Onerosa, estipulado pelo Município de Alenquer, conforme a cláusula seguinte.
- d. Relatórios:**
- i. O relatório mensal das receitas geradas com a cobrança de tarifas através de meios eletrónicos, deve ser remetido ao contraente público até ao quinto dia do mês seguinte;
 - ii. Anualmente, o prestador de serviços deve ainda elaborar um relatório final de ocorrências, discriminando os principais acontecimentos, dados estatísticos da operação e atividades ocorridas durante a execução do contrato.
- 2- A prestação de serviços inclui o período de formação dos agentes de fiscalização e equipa técnica sobre o uso da *App* e plataforma de fiscalização, num mínimo de 3 (três) horas, bem como para a realização *in loco* de testes e simulações de operacionalização do sistema de cobrança eletrónica e fiscalização.

Cláusula 20.ª (Tarifas de estacionamento)

ZONA A e B	
00:15h	0,10 €
00:30h	0,20 €
01:00h	0,40 €
01:30h	0,80 €
02:00h	1,20 €
02:30h	1,80 €
03:00h	2,15€

A cobrança de tarifa de estacionamento nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada e Onerosa aplica-se de segunda a sexta-feira, no horário das 9h00m às 18h00m, e aos sábados entre as 9h00m e as 13h00m.

Cláusula 21.ª (Zona de Estacionamento Tarifado)

Zona	Artéria
A	Av. 25 de Abril, Alenquer
A	Av. dos Bombeiros Voluntários, Alenquer
A	Largo das Hortas, Alenquer



A	Largo Palmira Bastos, Alenquer
A	Parque da Paróquia, Alenquer
A	Rua Décio Soares Correia, Alenquer
A	Rua Sacadura Cabral, Alenquer
B	Praça Luís de Camões, Alenquer

Conforme visível no mapa da página seguinte, existem alguns arruamentos (junto ao Mercado Municipal) que têm uma duração máxima de tempo de estacionamento de 1 hora.



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação Pública

Unidade Técnica de Contratação Pública

